

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Maricá no mapa	2
Título: Recuperação da Petrobras / Nossa opinião.....	3
Título: Recuperação da Petrobras / Outra opinião	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Sem aperto de mãos	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Angra 3, o custo do malfeito.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Mineradora ameaça índio em Belo Monte.....	7
Título: Cientistas criam painel solar inspirado em borboleta	10
VEÍCULO: Valor Econômico.....	11
Título: Ultrapar está com negócios bem posicionados, afirma acionista	11
Título: Rio Grande busca saída à crise dos estaleiros	14
Título: Encomenda da Petrobras pode ser última esperança	16
Título: Engie mira ativos de transporte e distribuição de gás.....	18
Título: Siderúrgicas voltam a exportar mais para compensar mercado fraco	19
Título: Consumidores tentam por meio de ações cobrar R\$ 14 bi da Eletrobras	21
Título: Disputa cria mercado para venda de créditos a fundos de investimento	23
Título: Discussão interfere em vendas	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: George Vidor****Título: Maricá no mapa**

Pela praia de Jaconé, ainda em Maricá mas quase chegando a Saquarema, passará o trecho terrestre do duto da Rota 3, que transportará gás extraído de poços da Bacia de Santos para a futura unidade de processamento do Comperj, em Itaboraí. E ali mesmo é que outro projeto, cujo investimento total será de alguns bilhões de dólares, aguarda liberação para um novo terminal portuário especializado no transbordo de petróleo de embarcações médias para navios gigantes.

A razão da escolha do local — que o ex-prefeito Eduardo Paes, do Rio, desdenhou em conversa privada e depois pediu desculpas públicas — é a profundidade natural nessa parte da costa do Estado. Voltado para o sul, as correntes vindas da Antártida escavaram o litoral após a separação dos continentes e a poucos metros da praia já existe um calado de 30 metros. O mar é forte nessa região.

Então o terminal precisará de um quebramar para criar a área abrigada onde os navios atracarão. As pedras para o quebra-mar serão retiradas do morro contíguo, formando cavernas que servirão para armazenar petróleo e até combustíveis, um sistema desenvolvido por escandinavos. Uma das cavernas foi oferecida como depósito de combustível para a Marinha de Guerra, por se tratar de local fechado, mais protegido de supostos ataques aéreos ou terrestres.

A licença prévia já foi concedida pelos diferentes órgãos do Rio de Janeiro. A licença de instalação também está em andamento, embora o ministério público venha se posicionando contra o projeto, em tese para proteger um setor que ficará fora da área de operação do terminal. Os advogados contratados pelo grupo investidor argumentam que não há interesse arqueológico nesse trecho — atestado pelo Iphan — e nem qualquer outra questão que contrarie a legislação.

Durante a obra, três mil empregos serão criados. Em menos de dois anos o terminal estará em funcionamento. Está previsto mais um ano de obra para a construção de um terminal de contêineres lá mesmo. A operação do terminal ficará a cargo da maior empresa internacional especializada no ramo. E várias companhias petrolíferas manifestaram firme interesse em utilizar o terminal para transbordo do petróleo proveniente da Bacia de Santos.

A empresa de engenharia DTA — que projetou grande parte dos novos terminais portuários no país — é dona da propriedade em Jaconé (onde havia um campo de golfe, com previsão de um empreendimento imobiliário, descartado pelo antigo

proprietário, a Brookfield). Trata-se de um terminal com uma área de retaguarda relativamente pequena para um terminal portuário, que estará mesmo mais voltado para a exportação de petróleo.

A vizinha Ponta Negra e mesmo Jaconé continuarão sendo praias para banhistas que se arriscam a enfrentar mar forte. Tomara que haja um entendimento rápido para o projeto sair do forno. O Estado do Rio está precisando desse tipo de investimento, que reduzirá consideravelmente o custo de transporte da produção brasileira de petróleo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Recuperação da Petrobras / Nossa opinião

Operação de salvamento

Maior empresa do país, a mais atingida pelo esquema lulopetista de drenagem de dinheiro público para financiar o projeto de poder do PT — sem deixar de melhorar a vida de companheiros —, a Petrobras seria, também, por óbvio, a maior vítima corporativa do esquema.

A derrocada foi proporcional à decolagem da empresa no período em que o petróleo subiu para a faixa acima dos US\$ 100 o barril, que fez a estatal mudar de patamar no ranking mundial das petroleiras. Já tendo descoberto reservas importantes na região do pré-sal, nas costas paulista e fluminense.

O ufanismo contagiou o Planalto de Lula e Dima. Mas o pior é que induziu o governo, inspirado na clássica ideologia estatista e dirigista do velho PT, a usar a estatal como alavanca para a execução de um temerário programa de substituição de importações de equipamentos diversos usados na indústria do petróleo (sondas, navios, plataformas etc.).

Chegou-se a idealizar, dentro da Petrobras, aparelhada por dirigentes indicados por partidos (PT, PMDB e PP), como comprovado na Lava-Jato, um projeto mirabolante: a criação de uma empresa, a Sete Brasil, com a participação da estatal, de bancos privados e fundos de pensão de empresas públicas, para fazer encomendas bilionárias de sondas a estaleiros criados com a participação de empreiteiras. Os equipamentos seriam arrendados à Petrobras. Não funcionou, como previsto, e a Sete Brasil quebrou. É um dos maiores processos de recuperação judicial do país (quase R\$ 20 bilhões).

Por inevitável, a Petrobras passou a acumular prejuízos, em função do atraso na entrega de obras, custos em alta, tudo isso amplificado pelo esquema de corrupção instalado na empresa. Ele foi responsável por enormes superfaturamentos para gerar bilhões em contratos com empreiteiras (Odebrecht, OAS etc.) para serem usados como propinas, destinadas a financiamento de campanhas (de Lula e Dilma, por exemplo) e benefícios pessoais, conforme comprovado pela força-tarefa com base em Curitiba.

Pode-se não aceitar, por fé ideológica, mas estes são fatos. A estatal, com a maior dívida corporativa mundial (meio trilhão de reais) teve o risco de crédito rebaixado no mercado internacional, junto com o país. Os títulos de Petrobras e Brasil passaram para o conjunto dos "lixos"/junks, papéis de elevados risco.

A gestão de Pedro Parente na empresa segue uma linha óbvia, mas rejeitada por quem enxerga estatais como bandeiras e não empresas que podem ajudar a sociedade ou prejudicá-la, por exigir apoio constante dos contribuintes, representando pelo Tesouro.

A Petrobras já foi obrigada a explicitar em balanço uma perda de R\$ 6,2 bilhões causada pela corrupção. Teve, ainda, de fazer outras baixas contábeis bilionárias indiretamente pelo mesmo motivo. E com seu principal acionista, representado pelo Tesouro, quebrado, não tem outra alternativa a não ser se capitalizar-se com a venda de subsidiárias e de participações não estratégicas. Quem chama isso de "entreguismo" parou na década de 1950, esqueceu ou não aprendeu aritmética.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: José Guimarães

Título: Recuperação da Petrobras / Outra opinião

Patrimônio em liquidação

Desde que assumiu de forma ilegítima a Presidência, o governo de Michel Temer promove um verdadeiro desmonte da Petrobras com objetivo de entregá-la ao capital internacional. O petróleo brasileiro, aliás, foi um motivador para o golpe. Basta lembrar que a lei que retira da Petrobras a condição de operadora única do petróleo do pré-sal resulta de projeto de 2015, do senador José Serra, ex-integrante da equipe do Planalto.

Permitir a exploração do pré-sal por empresas estrangeiras foi o primeiro passo. A atual administração desvaloriza artificialmente os ativos da empresa para facilitar a entrega ao mercado. De acordo com a Federação Única dos Petroleiros, os ativos mais depreciados são os primeiros nos planos de privatização da

empresa — como campos de produção, termelétricas, Complexo Petroquímico de Suape, Araucária Fertilizantes e Usina de Biodiesel de Quixadá, que custarão R\$ 15,7 bilhões menos.

Essas desvalorizações não fazem sentido. Mesmo com os problemas que enfrenta, a Petrobras bate recordes de produtividade e espera produzir 2,77 milhões de barris de óleo e gás/dia em 2021. A empresa ainda prevê a recuperação do preço do petróleo no mercado — deve passar dos atuais 48 dólares para 71 dólares em 2021.

Assim, não restam dúvidas de que o patrimônio construído com o dinheiro dos brasileiros ao longo de décadas está em liquidação para agradar ao mercado internacional, e os entreguistas sequer disfarçam. Durante o evento Rio Oil & Gas, o presidente entreguista da Petrobras, Pedro Parente, disse textualmente: "aproveitem essa oportunidade, porque não vai existir no mundo outra tão boa quanto essa no setor de óleo e gás".

Como parte do mesmo plano, gestores reduzem continuamente previsões de investimentos. Logo após assumir o comando da Petrobras, Parente anunciou cortes de 25% no orçamento. Eles afetam principalmente áreas de desenvolvimento tecnológico, como produção de biocombustíveis e participações em petroquímicas. O foco passa a ser somente nos setores primários, de exploração e produção de petróleo.

Os atuais gestores também promovem programas de demissão massivos. Em um deles, 11.704 funcionários se desligaram, o que significa perda de mão de obra altamente qualificada. A perda de capital humano, somada à queda de investimentos em setores de tecnologia, compromete profundamente o futuro da empresa, maior detentora de conhecimentos sobre exploração de petróleo em águas profundas.

Mas o entreguismo não tem limites. E o próximo passo, já em andamento, é a venda da BR Distribuidora, que conta com a maior rede do país, com 7,5 mil postos de combustíveis, além de abastecer 10 mil grandes clientes. É preciso mobilização para evitar mais esse desastre para o país, promovido por quem chegou ao poder por meio de um golpe para implementar uma agenda de retrocessos que jamais seria aprovada pelo voto popular. •

José Guimarães é deputado federal (PT-CE) e líder da minoria na Câmara

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Sem aperto de mãos

A PetroRio ofereceu US\$ 500 milhões (R\$ 1,65 bilhão, na cotação atual) por um ativo de exploração e produção da Shell à venda no Golfo do México, segundo pessoas com acesso à empresa carioca.

A oferta da brasileira foi recusada pela multinacional de origem holandesa, apurou a coluna.

Oficialmente, a Shell não comenta o caso, mas ela vendeu outros ativos na região e há um programa de desinvestimentos que pretende alcançar cerca de US\$ 30 bilhões (aproximadamente R\$ 98 bilhões).

A estratégia da PetroRio é adquirir reservas que estão em produção, mas que passaram do seu pico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Notas & Informações****Autor:****Título: Angra 3, o custo do malfeito**

Para concluir a Usina Nuclear de Angra 3 serão precisos nada menos que R\$ 17 bilhões, revelou o Estado. E, se o governo federal desistir de sua construção e quiser desmontá-la, o orçamento é também bilionário. Estima-se um montante de R\$ 12 bilhões para a quitação dos empréstimos feitos, o desmonte da estrutura, a destinação das máquinas e o pagamento de uma infinidade de dívidas. Sem dinheiro, o governo busca algum parceiro privado internacional que torne possível retomar as obras no ano que vem. Desde 1984, a construção da usina já consumiu R\$ 7 bilhões.

Seja qual for o caminho que se adote a partir de agora, a história de Angra 3 revela uma obstinada sequência de erros desde suas origens, ainda na década de 70 do século passado, passando pelo populismo do sr. Lula da Silva, que a incluiu no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2009 e prometeu terminá-la em 2014. A promessa, como tantas feitas na época, ficou no papel. Apenas 58% de seu projeto foi executado e, uma vez mais, Angra 3 ganha contornos de uma herança maldita. Apenas para manter as máquinas de geração nuclear, a Eletronuclear, empresa de economia mista subsidiária da Eletrobrás e responsável pela Usina de Angra 3, já gastou mais de R\$ 1 bilhão.

Em 1975, o governo do presidente Ernesto Geisel, num típico roubo nacionalista dos tempos de regime militar, achou que mostraria independência em relação aos Estados Unidos e acentuaria a grandeza do Brasil caso assinasse

um acordo nuclear com a então República Federal da Alemanha. E assim foi feito. Na época, o governo militar alardeou que o tratado, ao incluir a transferência de uma determinada tecnologia atômica, supostamente desenvolvida pela empresa alemã Kraftwerk, daria ao País o tão sonhado domínio do ciclo nuclear. O problema é que aquela tecnologia ainda não tinha sido criada. Sob o pretexto de defender o interesse nacional, o governo militar comprometeu-se a comprar uma coisa que a rigor não existia.

Com essa pré-história tão complicada, misturando aspiração de grande potência, política energética e investimento em infraestrutura, a Usina de Angra 3 começou a ser erguida em 1984. Suas obras prosseguiram até 1986, quando foram paralisadas em razão de dificuldades econômicas e políticas. Naquele ano, ocorreu o maior desastre nuclear do mundo, com a explosão do reator da usina de Chernobyl, na Ucrânia. Ainda que sem ser oficialmente abandonado, desde então o projeto de Angra 3 ficou parado. Em 2009, o presidente Lula da Silva incluiu Angra 3 entre os destaques do PAC, prometendo concluí-la em cinco anos a um custo de R\$ 8,3 bilhões. Oficialmente, as obras foram retomadas em junho de 2010.

Em 2015, o andamento das obras de Angra 3 foi oficialmente suspenso em razão de denúncias de corrupção, investigadas pela Operação Lava Jato. Desde setembro de 2014, atuava na usina o consórcio "Angramon", destinado a executar a montagem eletromecânica da usina. Era formado pelas empreiteiras UTC Engenharia, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Empresa Brasileira de Engenharia (EBE) e Techint. Em abril de 2016, Flavio David Barra, ex-presidente da Andrade Gutierrez Energia, relatou em depoimento à Justiça do Rio de Janeiro pagamentos ilegais feitos pela empresa a membros da diretoria da Eletronuclear. Como se não bastassem os muitos erros de planejamento, a corrupção tornava ainda mais distante o término das obras.

Caso seja concluída com os R\$ 17 bilhões estimados, a Usina de Angra 3, com capacidade de 1.405 megawatts (MW), terá um custo total de R\$ 24 bilhões. A título de comparação, a Hidrelétrica de Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, com potência de 1.820 MW e que entrou em operação no fim de 2015, custou R\$ 3,9 bilhões. Angra 3 é, portanto, um caso paradigmático do quanto sai caro usar mal o dinheiro público.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Renato Souza

Título: Mineradora ameaça índio em Belo Monte

Mineradora de ouro a 13 km de Belo Monte ameaça comunidades indígenas.

O empreendimento de R\$ 1,5 bilhão pode alterar a vida de comunidades indígenas, algumas delas sem contato com o homem branco; obra está paralisada.

A uma distância de 13 quilômetros da Usina de Belo Monte, no Pará, um projeto ainda maior e mais polêmico começa a chamar a atenção. A empresa canadense Belo Sun pretende instalar, na região, a maior mineradora de ouro do país. Mas o local é cercado pelo Rio Xingu, por três comunidades indígenas, além de 300 famílias que vivem do cultivo e da pesca. A mineradora pretende extrair 600 toneladas de ouro em 12 anos, ocupar 346 hectares, atuar ao longo de 120 quilômetros do Xingu e deixar um rastro de 504 milhões de toneladas de rejeitos de minério. Tudo isso com um investimento de R\$ 1,5 bilhão.

Em fevereiro deste ano, a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Pará emitiu autorização para que a obra tivesse início. No entanto, uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) resultou na paralisação do projeto, por conta do impacto ao meio ambiente e aos territórios indígenas. Entre as comunidades tradicionais que estão na região de Belo Sun, algumas são de indígenas isolados, ou seja, que nunca tiveram contato com o homem branco. As comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento seria as que ficam nas terras indígenas de Paquichamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Itatá.

O coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), José Cleanton, afirma que os indígenas não foram consultados sobre o projeto. “Qualquer obra próxima à terra indígena é uma ameaça. A Belo Sun está a uma distância de 9 a 10 quilômetros das aldeias. São três comunidades, mais a área do Itatá, que tem a presença de índios isolados. Eu moro nessa área há 20 anos e as alegações são sempre as mesmas. As empresas e governo falam em criar empregos, gerar ganhos econômicos”, destacou.

Se construída, a mineradora de Belo Sun integrará a paisagem que circunda a hidrelétrica de Belo Monte. A usina já provocou uma redução de 80% na vazão do Rio Xingu, usado por comunidades locais para irrigar as plantas, para o consumo de água e para a pesca. O ouro é usado por indígenas para comércio e para a confecção de acessórios. Ao todo, cinco decisões da Justiça proíbem o andamento das obras.

O advogado Carlos Alberto Oliveira ingressou com uma ação contra o empreendimento no Supremo Tribunal Federal (STF). “Eu decidi entrar com ação por conta do projeto gigantesco. Não tem nenhuma discussão em âmbito local sobre isso. É uma questão social, ambiental, indígena”, ressaltou. Em comunicado, a empresa Belo Sun Mineração destacou que, além de realizar audiências públicas com duas comunidades indígenas, protocolou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto

Volta Grande, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), em 2012.

De acordo com a empresa, “o empreendimento foi considerado econômico, social e ambientalmente viável”. Já a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Pará afirmou que a licença de instalação (LI) do projeto Volta Grande, da empresa Belo Sun, está suspensa, após ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF).

Polêmica dourado

A mineradora de Belo Sun será instalada no município de Senador José Porfírio, na região do Xingu, no Pará. Essa será a maior mineradora a céu aberto do país e os impactos ao meio ambiente e aos povoados locais preocupam moradores, indígenas e ambientalistas. A Belo Sun, responsável pela obra, é uma empresa do Canadá.

12 anos é o tempo de exploração da região próxima ao Rio Xingu, de acordo com autorização expedida pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do governo do Pará.

600 toneladas de ouro é a expectativa de extração mineral durante os 12 anos de operação da empresa.

504 milhões de toneladas de rocha com material estéril quimicamente ativo serão deixados na região.

346 hectares serão ocupados por duas pilhas de rejeitos que sobrarão dos trabalhos de extração mineral.

Três comunidades indígenas isoladas serão afetadas pela obra e trabalho de extração. As comunidades afetadas serão as que ficam na Terra Indígena (TI) de Paquçamba, TI de Arara da Volta Grande do Xingu e TI Ituna/Itatá.

120 quilômetros do Rio Xingu seriam usados para as atividades de mineradora. A comunidade indígena mais distante do centro da mineradora fica a 13 quilômetros.

300 famílias vivem do cultivo de plantas, criação de animais e da pesca na região do município de Senador José Porfírio, que será afetada pela maior mineradora a céu aberto do Brasil.

80% da vazão do Rio Xingu foram reduzidos em razão da operação da Usina de Belo Monte.

A barragem de rejeitos da empresa deve ter uma capacidade de armazenamento de 35 milhões m³.

Investimentos

A mineradora promete investir R\$ 1,5 bilhão no empreendimento.

De acordo com o governo do Pará, o projeto geraria 2,1 mil empregos no município.

Ao longo dos 12 anos, a empresa deve pagar mais de R\$ 60 milhões em royalties de mineração para o estado, quase R\$ 5 milhões por ano.

Na fase de implantação, que dura 24 meses, a empresa pagaria R\$ 130 milhões para o país. Após isso, o valor arrecadado em impostos para a união seria de R\$ 55 milhões por ano.

Fonte: Instituto Socioambiental e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Tecnologia

Autor: Victor Correia

Título: Cientistas criam painel solar inspirado em borboleta

Borboletas do gênero *Morpho* têm nanoestruturas em forma de cone nas asas que refletem a parte mais energética da luz solar

Stuart Hay/ANU A estrutura e a cor da asa da *Morpho* refletem melhor a luz solar

Várias borboletas do gênero *Morpho* têm asas que brilham com fortes tons de azul e verde. Em grande parte dos animais, as cores se dão por substâncias presentes no corpo, como a melanina, que tinga a pele humana. A coloração única desse inseto, porém, vem das nanoestruturas, em forma de cone, presentes nas asas que refletem a parte mais energética da luz solar.

Essa propriedade chama a atenção de cientistas que trabalham com camuflagem, processamento de sinais e painéis solares, como o pesquisador Niraj Lal, da Universidade Nacional da Austrália. Ele liderou um grupo que conseguiu reproduzir as nanoestruturas das borboletas *Morpho* e adaptá-las para o uso em células fotovoltaicas. “Fazer a luz ir onde você quer se mostrou complicado até agora (...) Nós ficamos surpresos pelo quão bem nossas estruturas em forma de cone funcionaram”, ressaltou Lal, em comunicado.

Ele e a equipe criaram um filtro capaz de refletir as ondas de alta energia da luz solar, principalmente a cor azul, enquanto deixa passar grande parte das ondas de baixa energia, como o vermelho. As estruturas em formato de cone se formam sozinhas, a partir de um vapor químico e de nanopartículas metálicas. O filtro foi desenvolvido para o uso em um tipo específico de célula solar, chamado multijunção.

“Cada camada absorve uma parte do espectro eletromagnético. É como se fosse um wafer, uma bolachinha, é uma torre com várias camadas”, explicou Roberto Valer, pesquisador do Laboratório de Sistemas Fotovoltaicos da Universidade de São Paulo (USP) e não participante do estudo. Segundo Lal, a solução pode ser aplicada em outras construções. “Uma janela pode ser criada para ser transparente a certas cores, opacas e com textura para outras. Existem várias aplicações interessantes”, ilustrou.

Eficiência

Como parte de uma célula solar, o filtro pode refletir mais de 45% da luz de alta frequência para um componente que a transforma em energia elétrica, sem atrapalhar a absorção das ondas de baixa energia, uma vez que mais de 80% delas atravessam o filtro sem interferência.

Segundo Lal, a luz azul, a verde e a ultravioleta são absorvidas por uma camada de perovskita — óxido de cálcio e titânio — e a luz vermelha, a laranja e a amarela, por uma camada de silício. As nanoestruturas direcionam a luz refletida em ângulos específicos, o que facilita a absorção. “Quando você olha as asas dessa borboleta, pode ver que a cor muda”, disse Valer. A azul, por exemplo, costuma ser mais forte quando as asas estão em ângulo reto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Assis Moreira | De Mônaco

Título: Ultrapar está com negócios bem posicionados, afirma acionista

O Grupo Ultra, holding da família Igel, não vê necessidade de diversificação na Ultrapar Participações, em meio às turbulências no país, estimando que essa companhia tem muito a desenvolver os negócios de suas subsidiárias.

É o que afirma Ana Maria Igel, membro sênior da família que é a principal acionista da Ultrapar. Numa rara entrevista, ela fala sobre esse que é um dos maiores conglomerados do país, e de como vê a situação nacional.

A holding Ultra S.A. detém 22% da Ultrapar, que atua na distribuição de combustíveis através da Ipiranga; de gás de cozinha (GLP), pela Ultragaz; na produção de especialidades químicas, pela Oxiteno; em serviços de armazenamento para grãos líquidos, com a Ultracargo; e em drogarias, por meio da Extrafarma.

Listada no Novo Mercado da B3 (ex-BM&FBovespa), na sexta-feira a Ultrapar tinha valor de mercado de R\$ 43,56 bilhões, com a ação cotada a R\$ 78,30. A empresa também está na Bolsa de Nova York.

Em 2016, a receita líquida da companhia atingiu R\$ 77,35 bilhões (mais 2,2% sobre 2015). O lucro líquido alcançou R\$ 1,57 bilhão (aumento de 3,8%). O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R\$ 4,22 bilhões, com alta de 6,7% sobre o resultado anterior.

É difícil encontrar menção a Ana Maria Igel na internet, a não ser ocasionalmente a inclusão de seu nome em lista de mulheres ricas do Brasil, em classificação que ela diz não saber como é feita.

O perfil "low profile" foi abandonado, por alguns instantes, para conversar com o Valor em Mônaco, à margem do encontro anual da consultoria EY para a escolha do empreendedor do ano.

Ana Maria recebeu da EY Brasil a homenagem de Family Business "por adotar boas práticas de gestão e assegurar a perenidade de uma empresa ao longo de gerações". A consultoria nota que Ana Maria Igel "cuida de perto de seus negócios".

Na entrevista, ela observou mais de uma vez que não está envolvida na atividade do dia a dia. Mas está atenta. Olha a tela do celular e comenta: "A ação bateu quase R\$ 80 ontem (quarta-feira), está bem".

Em debates da EY em Mônaco sobre Family Business, vários empresários de grupos familiares comentaram que, nos tempos incertos de hoje, globalmente, uma das estratégias é diversificar os negócios.

"Tenho um sentimento de grande tristeza. Não vejo nenhum grande líder capaz de virar essa situação [do Brasil]"

Indagada se isso poderia ser um caminho também para o Grupo Ultra, Ana Maria Igel foi firme: "Não. Todas as nossas empresas têm uma certa sinergia entre elas. A Extrafarma, por exemplo, combina com as lojas de conveniência AM/PM da Ipiranga".

Para a empresária, "no momento estamos bem, especialmente nesses tempos voláteis". Recentemente, um diretor da Ultrapar estimou que a Ipiranga pode abrir cerca de 500 postos neste ano. No fim de 2016, a rede contava com 7.563 postos.

Sobre novas oportunidades para aquisições, ela diz que "sempre existem, mas tem que se considerar com cuidado, tem o Cade". Afirma que o importante "é focar no que fazemos bem". Mas completa: "Abertos (para oportunidades), estamos sempre".

A Ultrapar está comprando da Petrobras a empresa Liquigás por R\$ 2,8 bilhões. "Está tudo fechado, só depende da aprovação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)", diz.

Ela é do conselho de administração da Ultra, a holding familiar, mas deixou o mesmo cargo na Ultrapar. "Graças a Deus estamos muito bem enquadrados nas regras de governança. A família achou preferível profissionalizar o conselho de administração também. Não tem ninguém da família nem na gestão nem no conselho. Para mim, temos o melhor dos mundos, com grandes profissionais administrando os negócios".

Perguntada sobre como é a relação com o governo, até pela natureza do conglomerado, Ana Maria Igel é direta: "Lidamos com o governo há anos, temos que ter muito cuidado". E menciona uma entrevista do vice-presidente do Conselho de Administração da Ultrapar, Pedro Wongtschowski, ao Valor, na qual ele fala da necessidade de se estabelecer novas formas de convivência com as empresas estatais.

"É sempre um ponto muito delicado", diz ela, sem precisar o que precisa mudar. Argumenta que sempre discute os assuntos, mas não sabe as nuances envolvendo as maiores dificuldades em lidar com as estatais.

Ana Maria Igel é mais eloquente sobre a situação política do Brasil, com sucessivos escândalos de corrupção. "Tenho um sentimento de grande tristeza. Eu não sei o que vai acontecer no Brasil. Não vejo nenhum grande líder capaz de virar essa situação. Vai demorar alguns anos para o Brasil encontrar figuras públicas capazes de darem conta de tudo que aconteceu nos últimos anos".

Com atuação com ONGs [Organizações Não Governamentais] na área de educação, ela constata a baixa qualidade das escolas "É uma tristeza. Onde estão os futuros técnicos, engenheiros, cientistas, tudo que precisamos para tocar um país desse tamanho? Eu me preocupo com isso. É muito doloroso".

Ao falar de gestão pública "desastrosa", ela diz gostar de ensinamentos da ex-chefe do governo do Reino Unido, Margaret Thatcher, que era conhecida como

"Dama de ferro". Lembra que Thatcher dizia que não existe dinheiro público e sim dinheiro do contribuinte que saiu de seu jantar para os cofres do governo.

Indagada sobre qual país poderia inspirar o Brasil, Ana Maria Igel menciona os nórdicos, conhecidos pelo respeito ao dinheiro público, transparência, ausência de privilégios. "É claro que estamos muito longe de chegar lá, mas sou sonhadora. Temos que pensar no melhor".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Sérgio Ruck Bueno

Título: Rio Grande busca saída à crise dos estaleiros

Num intervalo de pouco mais de dez anos, a cidade portuária de Rio Grande foi da euforia com a implantação do polo naval destinado a construir plataformas de exploração de óleo e gás para a Petrobras à depressão com o fim das encomendas da estatal e a paralisação de projetos na esteira dos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. Nesse meio tempo, o município de 208 mil habitantes passou de um quadro de quase pleno emprego para um estoque de 7 mil a 10 mil demitidos só pelo setor que prometia acelerar o crescimento local por pelo menos algumas décadas.

"A cidade sentiu-se convidada a embarcar em um projeto industrial de 30 ou 40 anos", diz, desapontado, o prefeito Alexandre Lindenmeyer (PT). De acordo com ele, o quadro era "muito promissor", pois Rio Grande havia se tornado parte do "plano estratégico de uma das maiores petroleiras do mundo". O problema é que a história não seguiu o planejado e o município ainda não sabe bem o que fazer para consertar os estragos.

O polo naval gaúcho é formado pelos estaleiros QGI, da Queiroz Galvão e Iesa Óleo & Gás, e Rio Grande, da Ecovix, que está paralisado e em recuperação judicial, ambos em Rio Grande. Na cidade vizinha de São José do Norte, de 27 mil habitantes, opera o EBR, da SOG Óleo e Gás e Toyo Engineering. No auge das obras de cascos e módulos para plataformas, em 2013, os três empregavam 23 mil pessoas, mas hoje o contingente é de 3,1 mil e as construções em curso não passam do primeiro trimestre de 2018, o que significa novas demissões nos próximos meses.

O número de desempregados só não é maior porque boa parte deles era de outras cidades gaúchas e de outros Estados e retornou a suas regiões. "Não há perspectivas para esses desempregados", diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e Rio Grande e São José do Norte, Benito Gonçalves. Segundo o vice-presidente da entidade, Sadi Machado, os que conseguem algum emprego na

cidade ganham muito menos do que recebiam nos estaleiros, mas a maioria sobrevive mesmo é de pequenos "bicos".

"Há dez anos, tínhamos 2 mil catadores de lixo. Em 2012 e 2013 eram 200, agora temos três novos a cada semana", diz Lindenmeyer. Outro efeito foi o aumento dos pagamentos do Bolsa-Família na cidade de R\$ 9,3 milhões em 2015 para R\$ 10,9 milhões em 2016, após três anos de queda. O mesmo ocorreu com os indicadores de criminalidade. O número de roubos foi de 1,6 mil em 2014 para 2,5 mil em 2015 e para 2,6 mil, em 2016.

Toda a cidade sentiu o tranco com a derrocada do polo naval. Conforme o prefeito, em 2017 o município deve deixar de arrecadar entre R\$ 60 e R\$ 70 milhões em ISSQN e ICMS, o equivalente a cerca de 10% do orçamento de 2016.

O repasse de ICMS para a prefeitura reflete o desempenho da economia local nos dois anos anteriores e de 2015 a 2017 o índice de participação da cidade na fatia do imposto distribuída pelo governo do Estado às prefeituras recuou de 2,69 para 1,71. Com menos dinheiro, fica mais difícil para suportar os gastos que cresceram para acompanhar o aumento recente da demanda por serviços públicos.

Nos últimos quatro anos, a prefeitura ampliou seu quadro em 17% ao contratar 900 funcionários: parte para substituir 250 aposentados e parte para o atendimento à população. São servidores de escolas, assistência social e saúde da família, diz o prefeito. Segundo ele, no período o município construiu sete escolas infantis, investiu em habitação e na guarda municipal.

As dispensas no polo naval provocaram um efeito cascata em outros setores. O comércio, após oito anos consecutivos de aumento de postos de trabalho, fechou 442 vagas em 2015, 329 em 2016 e 328 nos quatro primeiros meses de 2017. Nos serviços, após cinco anos de crescimento, o saldo de empregos perdidos somou 1.019 em 2015, 184 no ano passado e 227 este ano até abril.

"A redução do polo teve repercussão proporcional no comércio e nos serviços porque muita gente foi embora e quem ficou perdeu o poder de consumo", diz o presidente da Câmara do Comércio, Torquatto Neto.

Muitas empresas fecharam as portas ou reduziram tamanho, como a Zanetti Materiais de Construção, do presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Luiz Carlos Zanetti. A rede tinha duas unidades até 2007, quando construiu uma loja, de 1 mil metros quadrados, para acompanhar o aumento da clientela. Em 2010, a matriz foi ampliada de 200 para 1,2 mil m² e em todo o período de expansão o número de funcionários cresceu de 80 para 130. Neste ano, o empresário teve de fechar a unidade construída em 2007 e o número de empregados vai cair para 90.

Quando os estaleiros começaram a ser instalado, em 2005, a cidade tinha dois hotéis. Nos anos seguintes outros quatro foram construídos, mas com o início do declínio do setor naval, em 2014, três estabelecimentos projetados não saíram do papel. A taxa de ocupação, que no auge chegou a 80% a 90%, caiu para 20% a 35%.

Não foi diferente no mercado imobiliário. O preço de um apartamento novo de dois dormitórios no Centro passou de R\$ 350 mil para R\$ 500 mil no auge da indústria naval, agora voltou ao valor inicial. Nas locações a variação foi mais acentuada e o aluguel do mesmo imóvel, que havia subido de R\$ 400 para R\$ 2,5 mil, agora vale R\$ 550.

"Com a expectativa de um projeto para pelo menos 20 anos, a cidade se preparou, investiu em infraestrutura e serviços, mas agora a concorrência ficou e o mercado diminuiu", diz Zanetti. Ele não acredita no futuro do polo naval, embora apoie os esforços da prefeitura para convencer a Petrobras a concluir a construção do casco para a plataforma P-71, que está pela metade no estaleiro da Ecovix.

"Precisamos virar a página e deixar de ser 'viúvas' do polo naval", afirma Zanetti. Na opinião dele, a cidade tem outros potenciais econômicos, principalmente no turismo, setor portuário e indústria. "A cidade vive uma crise psicológica e enquanto ela não terminar os empresários não vão voltar a investir."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Sérgio Ruck Bueno

Título: Encomenda da Petrobras pode ser última esperança

Atrás da cerca em torno do Estaleiro Rio Grande, da Ecovix, está o fio de esperança de parte dos trabalhadores demitidos do polo naval. A empresa está parada e em recuperação judicial desde dezembro, após cortar 4 mil funcionários em dois meses, mas a eventual retomada da construção do casco da plataforma P-71 empregaria 2,8 mil pessoas por 16 meses, com investimento estimado em US\$ 280 milhões. A obra fazia parte do lote de oito unidades encomendadas pela Petrobras em 2010.

É por conta deste fôlego extra que o Sindicato dos Metalúrgicos, a prefeitura e entidades empresariais tentam convencer a estatal a reativar a construção. Audiências públicas em defesa do polo foram realizadas na Assembleia Legislativa do Estado e no Senado. E os representantes da cidade querem encontro com o presidente Michel Temer em busca de um compromisso para a retomada da obra.

Em dezembro a Petrobras rescindiu o contrato dos quatro cascos que restavam ser construídos no estaleiro. Em recente entrevista a uma rádio de Porto Alegre o presidente da estatal, Pedro Parente, sinalizou que não há interesse em retomar o projeto e mesmo que essa posição fosse revista, alguém teria que adquirir os ativos da Ecovix, pois a empresa não tem condições financeiras para operar.

O braço naval do grupo Engevix já construiu quatro cascos para plataformas e chegou a ter 12 mil trabalhadores na cidade, mas agora mantém 200 pessoas para fazer a manutenção do local e dos materiais estocados. Com dívida de R\$ 8 bilhões, apresentou um plano de recuperação judicial que prevê a venda dos ativos em duas etapas. A assembleia de credores para avaliar a proposta deve ser marcada nas próximas semanas.

Além do casco da P-71, com 50% a 60% da construção concluída, o Estaleiro Rio Grande abriga blocos e chapas que seriam usados nas obras para as plataformas P-72 e P-73. Conforme o prefeito Alexandre Lindenmeyer (PT), são 147 mil toneladas de metal depositadas no local. "Enquanto não cairmos no esquecimento, temos esperança."

Para Lindenmeyer e para os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, os escândalos que envolveram executivos de diversas empresas do setor naval, apurados pela Operação Lava-Jato, não justificam que o governo vire as costas para o setor. "Se houve corrupção, que se puna os responsáveis, mas não se destrua uma política industrial importante para o país", afirma.

"O que o operário e a menina do cafezinho da Ecovix têm a ver com a Lava-Jato?", indaga o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Benito Gonçalves. "Enquanto os envolvidos estão com tornozeleiras eletrônicas no conforto das mansões, quem paga a conta são os desempregados", diz o vice-presidente da entidade, Sadi Machado.

Os dois estaleiros ainda em operação empregam 2,9 mil pessoas, sendo 1,6 mil no EBR, em São José do Norte, e 1,3 mil no QGI, em Rio Grande, mas essas vagas não devem durar muito tempo porque nenhum deles tem perspectiva de novas encomendas. O EBR já faz a integração dos módulos na P-74 e nos últimos meses demitiu 600 a 700 empregados.

O QGI mantém 1,3 mil trabalhadores na montagem de módulos para a P-75 e a P-77. A construção deve ser concluída até agosto, mas o estaleiro ainda espera pelos cascos que a Petrobras deveria ter entregue em março.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho**Título: Engie mira ativos de transporte e distribuição de gás**

A instabilidade da política nacional "não ajuda", mas existem "coisas interessantes" acontecendo hoje, no país, em termos de oportunidade de negócios em infraestrutura. Presidente do grupo fraco-belga Engie, no Brasil, Maurício Bähr, conta que a empresa, que possui forte presença no setor de geração de energia, avalia entrar também em outros segmentos no mercado brasileiro, como distribuição e transporte de gás natural e transmissão de energia.

"O país reúne as condições para atrair investimentos e precisa voltar a crescer... Muita gente só está olhando para a parte meio vazia do copo. A agenda [econômica] precisa ser focada independente da crise política", disse o executivo, que vê espaço para uma rápida retomada do crescimento da demanda por energia. "Tão logo essa capacidade ociosa [da indústria] seja ocupada, a preocupação é se não vamos ter a demanda atendida pela oferta que temos. Temos situação de sobreoferta, mas que pode ser consumida de maneira muito rápida", completou.

No leilão de transmissão de abril, a Engie chegou a apresentar ofertas, mas não levou nenhum dos lotes. A companhia, no entanto, mantém o interesse no setor e se prepara para a licitação prevista para o segundo semestre.

"Existe a predisposição de continuar a investir no país, de acreditar no longo prazo, de ver com bons olhos as oportunidades que estão surgindo na área de infraestrutura. Pode ser através de linhas de transmissão, de gasodutos... Não há um direcionamento, teremos um segundo leilão de transmissão no segundo semestre e estamos nos preparando para isso", afirmou o executivo ao Valor.

Ele destacou que a empresa vai "estudar profundamente" os ativos oferecidos e que a Engie está atenta também às oportunidades no setor de gás natural, sobretudo os desinvestimentos da Petrobras em gasodutos e o programa de privatizações das distribuidoras estaduais de gás canalizado, que está sendo estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Companhia vê com "bons olhos" discussões sobre revisão do marco regulatório do setor de gás natural no país

O diretor de Gás da Engie, Emmanuel Delfosse, por sua vez, afirma que vê com "bons olhos" as discussões em torno da revisão do marco regulatório do setor, no âmbito do programa Gás para Crescer, e que a empresa está otimista com a abertura do mercado de gás, diante do movimento de desinvestimento da

Petrobras. Ele conta que as principais prioridades, na discussão regulatória, são hoje as questões envolvendo a complexidade de tributação, a criação ou não de um operador para gestão independente da malha e a harmonização das legislações estaduais sobre mercado livre.

"Acredito que se for para caminhar para uma regulação [estadual] que trabalhe com as melhores praticas de setor, isso dá mais conforto e, se for o caso, a Engie teria todo o interesse [de investir em distribuição]", comenta.

Questionado especificamente sobre o interesse da companhia pelo campo de gás de Azulão, na Bacia do Amazonas, colocado à venda pela Petrobras e que tem potencial para projeto gas-to-wire (geração de energia na cabeça do poço), Maurício Bähr disse que o grupo não tem mais interesse de investir em exploração e produção de gás. Ele sinalizou, contudo, que a empresa tem interesse em, no futuro, fornecer serviços para o transporte do gás local.

"Não temos interesse [em Azulão], estamos olhando mais para downstream, distribuição de gás, termelétricas... Preferimos depois nos associarmos ao comprador e trabalhar com o downstream de utilização do gás", afirmou.

Bähr comentou ainda sobre as oportunidades de negócios no setor de serviços de energia, área concentrada principalmente em iniciativas de eficiência energética. Ele reiterou a meta da Engie de multiplicar por dez o faturamento da empresa no segmento em três anos, para algo em torno de R\$ 1 bilhão. O executivo disse que espera fechar até o final do ano a aquisição de uma companhia no setor.

Ele destacou, ainda, que o setor de serviços é uma das áreas onde a companhia tem mais investido em inovação. Ao todo, a Engie investe em pesquisa e desenvolvimento, anualmente, R\$ 16 milhões e tem a intenção de aumentar em R\$ 5 milhões a cada ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Siderúrgicas voltam a exportar mais para compensar mercado fraco

Com o consumo interno ainda patinando e buscando diluir custos fixos ao evitar a ociosidade, as siderúrgicas brasileiras estão se voltando fortemente ao exterior de novo. Mas, ao contrário do ano passado, quando a estratégia estava mais presente, os preços estão mais altos e podem render maiores ganhos para o setor.

Em maio, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), o país exportou 984,2 mil toneladas de semiacabados de aço e ferro, ou 44,7 mil toneladas por dia útil. Ante abril, essa média diária significou aumento de 66,6%, e sobre o mesmo mês de 2016, alta de 7,2%. Já os laminados planos totalizaram 274,7 mil toneladas, ou 12,5 mil toneladas diárias - avanços de 19,4% e 45,1%, respectivamente, nas comparações sequencial e anual.

Mas não foi só a quantidade de aço destinado ao exterior que subiu. Em meio à recuperação dos preços internacionais, o valor total de semiacabados embarcados atingiu US\$ 428,8 milhões, ou US\$ 19,5 milhões por dia. De um mês para o outro, a cifra diária ficou 64,5% maior, e sobre maio de 2016, cresceu 63,7%. No caso dos laminados planos, as exportações geraram US\$ 176,1 milhões, US\$ 8 milhões por dia, altas de 16,8% e 68,3%, nesta ordem.

Exportar mais ajuda a impedir corrosão de rentabilidade - e garantir um resultado mais saudável no segundo trimestre -, mas agora, depois de venderem muitas vezes ao exterior com prejuízo, os preços parecem mais interessantes. Isso, contudo, também pode indicar que a demanda interna de fato não consolidou a retomada ensaiada no início de 2017.

Os últimos números do Instituto Aço Brasil, de janeiro a abril, mostram que o consumo aparente - união de produtos nacionais e importados - está em recuperação leve, sobre uma base fraca, com alta de 1,4% ante igual período de 2016. Se a crise política, entretanto, causar o atraso das reformas e adiar decisões de investimento, analistas apostam que o aço será muito afetado, já que infraestrutura, construção civil e máquinas e equipamentos seriam os setores mais impactados.

O Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) concorda com a cautela dos analistas de mercado. Para Carlos Loureiro, presidente da entidade, o momento ainda é incerto para se prever a demanda daqui para frente, já que a instabilidade deixou o setor em compasso de espera. "As distribuidoras estão sem saber para onde o mercado vai. A ordem é segurar tudo o que puder", declarou.

E para a siderurgia, depender demais do mercado externo pode ser fatal. As maiores margens e principal fonte de lucro das empresas estão no Brasil. Vender ao exterior pode ser paliativo em momento de câmbio favorável.

Nos cálculos do Citi, os benefícios do real desvalorizado são relevantes. A Gerdau, mais exposta, poderia ganhar 18% em lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) a cada queda de 10% do real frente ao dólar. Para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o potencial seria de aumento em semelhante, e para a Usiminas, de 7%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Legislação****Autor: Beatriz Olivon****Título: Consumidores tentam por meio de ações cobrar R\$ 14 bi da Eletrobras**

Oito anos depois de sofrer uma derrota no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a Eletrobras ainda acompanha a tramitação de aproximadamente 3,9 mil ações judiciais sobre correção monetária de empréstimos compulsórios que podem lhe custar R\$ 14 bilhões. Em 2009, os ministros decidiram que é devida a atualização de créditos da contribuição sobre o consumo de energia elétrica. Desde então, a companhia tenta adiar os pagamentos e cobrar os valores da União por meio de ações regressivas - questão que está na pauta do STJ.

O depósito compulsório foi criado nos anos 60 para dar recursos ao governo para a expansão do setor elétrico. A contribuição era cobrada na conta de luz dos clientes com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. Ela seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993. Por lei, os consumidores poderiam posteriormente converter os valores pagos em ações da Eletrobras.

A correção foi exigida por muitas empresas, entre elas Gerdau, CSN e Usiminas, conforme apontam em seus balanços. Em 2009, foi analisada pela 1ª Seção. No julgamento, os ministros, por meio de recurso repetitivo, decidiram que os valores compulsoriamente recolhidos deveriam ser devolvidos com atualização integral, além de expurgos inflacionários de planos econômicos.

Na época do julgamento, estimava-se que os valores da correção correspondiam a um acréscimo de 30%. A decisão foi considerada uma vitória parcial para a Eletrobras, que conseguiu restringir o período ao qual as empresas teriam direito de propor ações para exigir a correção. O prazo foi fixado pelo STJ em cinco anos, contados a partir de 2005.

Apesar do precedente, advogados que atendem empresas com ações sobre o assunto relatam dificuldades para o recebimento. Embora exista jurisprudência favorável, há grande morosidade na execução, segundo o advogado Paulo Leitão, do escritório Paulo Leitão Advogados. As ações são da década de 90. Mas ainda há muitas empresas cobrando a correção. "Pouca gente recebeu porque a Eletrobras fica criando incidentes processuais", diz.

O escritório representa cerca de 300 empresas com ações sobre a correção monetária. "O Judiciário fica assoberbado com ação desnecessária, que já está decidida", diz. De acordo com o advogado, na prática, a decisão do STJ em recurso repetitivo não está sendo seguida.

Como o tema envolve muitas variáveis, a Eletrobras consegue apresentar novos pontos para serem discutidos e prolongar o assunto na Justiça, segundo Raphael Gomes, advogado da área de energia do Demarest Advogados e diretor do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia (IBDE). "Para mim, é um crédito que será recebido. A questão é saber quando", afirma. O advogado já atendeu uma empresa que chegou a pagar 40% a mais na conta de luz por causa do empréstimo compulsório.

Depois que o STJ decidiu sobre a necessidade de pagar correção, surgiram outras discussões. Ainda este ano, a 1ª Turma do STJ voltou a receber processo sobre o tema e apenas aplicou a decisão do repetitivo.

De acordo com a Eletrobras, a correção monetária do empréstimo compulsório tem sido objeto de diversos questionamentos judiciais. Por causa desses processos, mantém provisão de R\$ 14,146 bilhões. A empresa também informou que os pagamentos decorrentes de condenações judiciais relativas ao empréstimo compulsório têm sido objeto de ações regressivas propostas pela Eletrobras para tentar obter os valores da União - que estão suspensas aguardando julgamento de recurso repetitivo no STJ.

O tema também está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). Há duas ações sobre o assunto: um recurso e uma ação cautelar. No recurso, a Eletrobras tenta reverter uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região que teria declarado "implicitamente" a inconstitucionalidade de normas sobre a matéria, o que só poderia ser feito em tribunais por voto de maioria absoluta ou pelo órgão especial. Assim, para a empresa, a decisão foi contrária à "cláusula de reserva de Plenário".

Uma liminar do ministro Dias Toffoli, de janeiro de 2015, suspendeu os efeitos da decisão do TRF até julgamento da matéria pelo STF. De acordo com Toffoli, a liminar é necessária pois a empresa teria que efetuar novos pagamentos, alguns de valores "elevadíssimos".

Na decisão, Toffoli afirma, porém, que não cabe ao STF julgar a matéria de fundo - o ponto inicial da atualização monetária de crédito decorrente do pagamento do empréstimo compulsório - e negou o pedido da empresa que tentou suspender o andamento de todos os processos que tramitam sobre o assunto.

A liminar suspendeu apenas o andamento do recurso extraordinário. O processo começou a ser julgado pela 2ª Turma em agosto de 2015 e está suspenso com um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon**Título: Disputa cria mercado para venda de créditos a fundos de investimento**

Há empresas que preferiram não esperar os pagamentos das ações judiciais sobre correção monetária de empréstimos compulsórios e venderam seus créditos para fundos de investimento em direitos creditórios, que os adquiriram com deságio.

A perspectiva de recebimentos desses valores pelas empresas é de longo prazo e existe um precedente favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que torna os créditos atrativos, segundo o advogado Marcos de Almeida Pinto, do setor tributário do Chamon Santana Advogados. A Gerdau foi uma das empresas que cedeu direitos creditórios a um fundo de investimento.

A companhia tem um total a receber de correção monetária, juros e verbas acessórias de R\$ 1,26 bilhão, conforme seu formulário de referência de 2017. No documento, a companhia afirma que a maioria de suas ações judiciais já transitou em julgado (não cabe mais recurso), seguindo precedente do STJ, e está em fase de execução de sentença (pagamento).

Como a companhia cedeu seus direitos não recebidos em 2015 ao fundo de investimento em direitos creditórios FIDC NP Barzel, quando houver o pagamento pela Eletrobras, ele será redirecionado.

Outras grandes consumidoras apontam em documentos enviados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que aguardam decisões sobre o assunto, mas não detalham se cederam créditos.

A CSN indica processo que aguarda julgamento de recursos especial e extraordinário nos tribunais superiores. A empresa não aponta quantias mas afirma que "há um valor significativo a ser devolvido que será apurado em execução de sentença após decisão definitiva". O processo foi instaurado em 1994.

A Usiminas têm duas ações, uma que tramita no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e outra na 2ª Turma do STJ. Além da Eletrobras, a União também participa das ações, que têm autores diferentes - Usiminas e a extinta Cosipa, respectivamente.

Na primeira, os valores envolvidos chegam a R\$ 1,792 bilhão, de acordo com informações do formulário de referência da companhia de 2017. A ação pede o valor integral pago à elétrica como empréstimo compulsório com correção monetária e juros. O processo foi adequado ao leading case do STJ e aguarda perícia.

O outro processo, que tramita no STJ, envolve R\$ 942 milhões. Parte do valor foi julgado prescrito e o processo transitou em julgado. Foi ajuizada a execução e perícia para liquidação.

A CSN e a Usiminas não quiseram comentar a questão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Camila Maia

Título: Discussão interfere em vendas

Além do potencial custo de R\$ 14 bilhões aos cofres da Eletrobras, a disputa judicial sobre a correção dos depósitos compulsórios também prejudica a companhia ao impedir uma execução mais célere para seu plano de reestruturação que tem como principais medidas a venda de ativos e a redução do endividamento.

Isso ocorre porque a companhia ofereceu suas participações de maior liquidez como garantias nos processos referentes aos compulsórios. Por isso, não pode se desfazer deles enquanto os processos não forem encerrados.

É o caso, por exemplo, da fatia de 35,2% que a estatal tem na transmissora ISA Cteep, um dos ativos preferidos do mercado no setor elétrico, pelos pagamentos regulares de dividendos e fluxo de caixa estável e crescente.

A Eletrobras tem como parte fundamental de seu plano de redução de endividamento a venda de R\$ 4,6 bilhões em ativos possivelmente ainda neste ano.

A venda da fatia na transmissora ajudaria a cumprir grande parte desse plano. No fechamento de sexta-feira, a ISA Cteep tinha valor de mercado de R\$ 9,89 bilhões, fazendo com que a fatia da Eletrobras seja avaliada em torno de R\$ 3,9 bilhões.

MME / ASCOM .